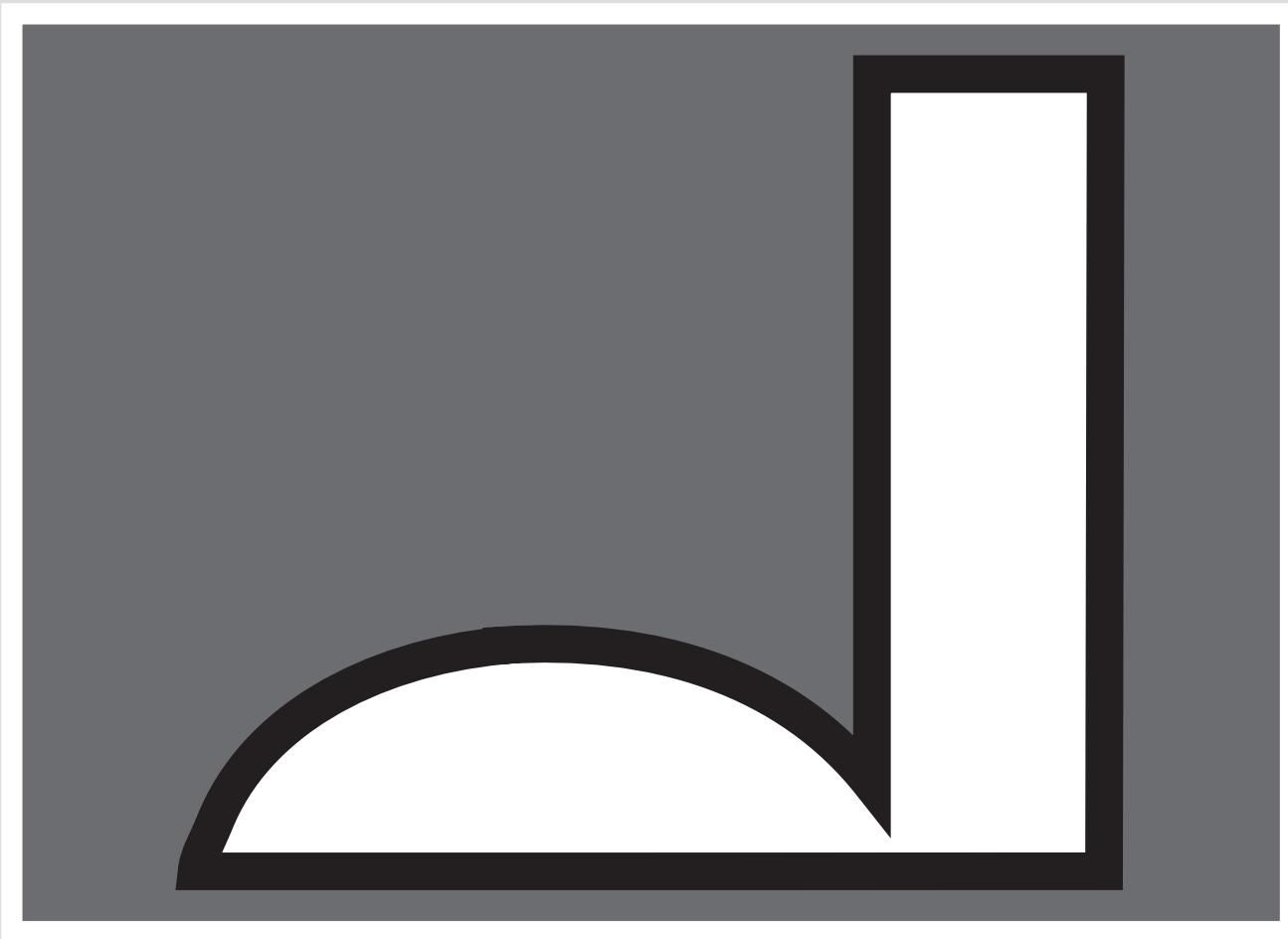




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA**

CONGRESSO NACIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício Financeiro – 2012

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Ofício nº 13/2013-CN – nº 68/2013, na origem)

ANO LXVIII – SUP. "C" AO Nº 44 – TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,69)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (85,88)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,101,107) Rodrigo Rollemberg (68,94) Inácio Arruda (90,102) Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,97) Anibal Diniz (27,98) Paulo Paim (99) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,101,107)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (68,94)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (90,102)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,77)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (104) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (33,95)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
---	--	--

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastorri Diretor da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

OFN 13/2013



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 68 /GP

Brasília, 22 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes – Congresso Nacional
Brasília/DF

Assunto: Relatório de Prestação de Contas – 2012.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como no art. 98 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2012 (LDO 2012), encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2012, acompanhado do Relatório anual de atividades, elaborado em atendimento ao art. 103-B, § 4º, inciso VII, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Ministro Joaquim Barbosa
Presidente

Recebi às 11h25
de 26/3/13,
ny amaral

✓

26/03/13



Conselho Nacional de Justiça

**Relatório de Prestação de Contas
do exercício de 2012**

Relatório de prestação de contas referente ao exercício de 2012 apresentado em atendimento ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao art. 98 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012.

Brasília/DF
2013



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO.....	5
3. COMPETÊNCIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
4. ATUAÇÃO DO CONSELHO EM 2012.....	13
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2012.....	18
5.1 – Quadro de Créditos Orçamentários	18
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – COMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS ...	19
6.1 – Principais aspectos da composição dos Balanços.....	23
6.1.1 – Balanço Orçamentário	24
6.1.2 – Balanço Financeiro	25
6.1.3 – Balanço Patrimonial	27
6.1.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	29
6.1.5 – Demonstração das Disponibilidades.....	29
7. NOTAS EXPLICATIVAS	30
8. CONCLUSÃO.....	32



1. INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decorre da obrigação legal do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 98 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012.

O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário Federal, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal.

As principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do CNJ, durante o ano de 2012, catalogadas neste Relatório, estão articuladas com os objetivos previstos no Plano Estratégico do Conselho, nos termos da Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010.

No período, o CNJ deu continuidade à sua atividade de fiscalização e correição e também às suas ações de cidadania, mediante melhorias do sistema carcerário, a ressocialização de egressos do sistema prisional, campanhas de enfrentamento à impunidade e à violência contra a mulher, à proteção da criança e do idoso, entre outras iniciativas. Permaneceu no propósito de modernização tecnológica da Justiça, investindo na implantação do processo judicial eletrônico – (PJe) e no aperfeiçoamento do banco de jurisprudência deste Conselho.

Frise-se, também, o incremento dos sistemas de precatórios de todo o país, com padronização de procedimentos e estruturação, em cada um dos tribunais, das unidades responsáveis pelo processamento das dívidas do Estado com o cidadão.

Com o propósito de alcançar melhores padrões de gestão para a Justiça brasileira, o CNJ realizou diagnóstico sobre o cumprimento da sua Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. Como resultado dessa pesquisa, recomendou: maior engajamento da alta administração dos órgãos da Justiça com as metas institucionais; e o aperfeiçoamento do processo de comunicação da estratégia.

Além dessas iniciativas, no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Aracaju/SE, os presidentes dos tribunais do país assumiram o compromisso de acelerar o julgamento de ações de improbidade administrativa, como forma de garantir maior efetividade no combate à corrupção. Nessa oportunidade, ratificaram-se as metas de aumento da produtividade judicial e da razoável duração do processo.



Atento aos princípios constitucionais da publicidade e moralidade, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça determinou a divulgação, na internet, da remuneração de todos os servidores e membros do Poder Judiciário e aprovou a Resolução n.º 156, de 8 de agosto de 2012, proibindo a nomeação, para função de confiança ou cargo em comissão, de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade. Ainda na esteira da transparência, foi instituído o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, com o propósito de estabelecer modelos de relacionamento entre a mídia e o Judiciário.

Em 2012, foram autuados 7.797 processos e 6.539 foram solucionados. Além disso, o CNJ publicou 21 Resoluções e 4 Recomendações com orientações aos tribunais de todo o país, instituindo diretrizes acerca da capacitação de magistrados, do plantão judiciário e da destinação de recursos oriundos de penas pecuniárias a projetos sociais, entre outras políticas judiciais.

Essas iniciativas buscam dar concretude à missão do Conselho Nacional de Justiça, qual seja, contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.



2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Nos termos do Art. 103-B da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 (quinze) membros, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

A atual composição do CNJ é a seguinte:

Presidente

Ministro do STF **Joaquim Barbosa**

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro do STJ **Francisco Falcão**

Conselheiros

Ministro do TST **Carlos Alberto Reis da Paula**

Desembargador do TJSP **José Roberto Neves Amorim**

Desembargador do TRF da 1º Região **Fernando da Costa Tourinho Neto**

Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 9º Região **Ney José de Freitas**

Juiz Estadual do TJRJ **José Guilherme Vasi Werner**

Juiz Federal de São Paulo **Silvio Luís Ferreira da Rocha**

Juiz do TRT da 12º Região **José Lúcio Munhoz**

Procurador Regional da República da 5º Região **Wellington Cabral Saraiva**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará **Gilberto Valente Martins**

Advogado **Jefferson Kravchychyn**

Advogado **Jorge Hélio**

Cidadão indicado pela Câmara dos Deputados **Emmanoel Campelo**

Cidadão indicado pelo Senado Federal **Bruno Dantas**



3. COMPETÊNCIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília – DF.

O CNJ integra o Poder Judiciário, conforme art. 92, I-A da Constituição Federal, e tem atuação em todo território nacional. Nos termos do art. 103-B, § 4º da CF, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituir-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Além das competências acima alinhavadas, cabem ao CNJ as seguintes atribuições:



- Na Política Judiciária: zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações;
- Na Gestão: definir o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário;
- Na Prestação de Serviços ao Cidadão: receber reclamações, petições eletrônicas e representações contra membros ou órgãos do Judiciário, seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado;
- Na Moralidade: julgar processos disciplinares, assegurada ampla defesa, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, e aplicar outras sanções administrativas;
- Na Eficiência dos Serviços Judiciais: propor melhores práticas, buscando a celeridade - elaborar e publicar semestralmente relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o País.

Sua função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, é a de balizador de políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e à prestação jurisdicional. Assim, foi definida sua Missão, Visão de futuro, bem como suas diretrizes.

- Missão: contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com Moralidade, Eficiência e Efetividade, em benefício da sociedade.

- Visão de futuro: ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

- Diretrizes: o trabalho do Conselho Nacional de Justiça compreende:

- Planejamento estratégico e proposição de políticas judiciais;
- Modernização tecnológica do Judiciário;
- Ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social;
- Garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno, atualizado pela Emenda Regimental nº 1, de 9 de março de 2009, são órgãos que integram o Conselho Nacional de Justiça:

- I- o Plenário
- II- a Presidência
- III- a Corregedoria Nacional de Justiça
- IV- os Conselheiros
- VI- a Secretaria-Geral
- VII – a Diretoria-Geral¹

¹ Incluída pela Portaria n. 84/2010, Sessão Plenária n. 104.



VIII- o Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

IX – a Ouvidoria

A estrutura orgânica do CNJ foi atualizada pela Portaria nº 55, de 19 de abril de 2012, em decorrência da aprovação da Lei nº 12.463, de 5 de agosto de 2011, que criou novos cargos e funções para este Conselho. A nova organização administrativa permitiu a instalação de unidades de apoio com a finalidade de ampliar a autonomia administrativa e financeira do órgão, bem como a melhor distribuição das atividades. Assim, o atual organograma do CNJ é o seguinte:

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
 - 1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
 - 3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

1. Coordenadoria de Auditoria
 - 1.1. Seção de Auditoria Interna
2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
 - 2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Departamento de Pesquisas Judiciárias
3. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
4. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
5. Secretaria de Cerimonial e Eventos
 - 5.1. Seção de Cerimonial
 - 5.2. Seção de Eventos
6. Secretaria de Comunicação Social
 - 6.1. Coordenadoria de Comunicação Institucional
 - 6.2. Coordenadoria de Imprensa
7. Secretaria Processual



7.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição

7.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização

7.1.2. Seção de Autuação e Distribuição

7.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos

7.2.1. Seção de Apoio ao Plenário

7.2.2. Seção de Processamento

7.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações

7.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões

7.2.5. Seção de Jurisprudência

8. Departamento de Gestão Estratégica

8.1. Divisão de Gestão Estratégica e Projetos

8.1.1. Seção de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

8.1.2. Seção de Gerenciamento de Projetos

8.2. Divisão de Organização e Normatização

8.2.1. Seção de Gestão de Processos

8.2.2. Seção de Normatização

9. Departamento de Acompanhamento Orçamentário

9.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União

9.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União

9.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual

9.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual

10. Departamento de Tecnologia da Informação

10.1. Divisão de Políticas de Tecnologia da Informação

10.1.1. Seção de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação

10.2. Coordenadoria de Gestão de Sistemas

10.2.1. Seção de Gestão de Sistemas Operacionais

10.2.2. Seção de Sistemas Administrativos

10.2.3. Seção de Sistema de Processamento Judiciário

10.2.4. Seção de Sistemas Nacionais

10.2.5. Seção de Sistemas de Apoio

10.3. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura

10.3.1. Seção de Banco e de Administração de Dados



- 10.3.2. Seção de Administração de Redes
- 10.3.3. Seção de Administração de Segurança de TI
- 10.3.4. Seção de Atendimento ao Usuário
- 10.3.5. Seção de Gerência de Hardware e Software
- 10.3.6. Seção de Gerência de Soluções de Incidentes de Programas e Sistemas Nacionais

DIRETORIA-GERAL

- 1. Gabinete do Diretor-Geral
 - 1.1. Seção de Passagens e Diárias
- 2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança
 - 2.1. Seção de Suporte Logístico aos Conselheiros e Juízes
 - 2.2. Seção de Segurança e Transportes
- 3. Comissão Permanente de Licitação
 - 3.1. Seção de Elaboração de Editais
 - 3.2. Seção de Licitações
- 4. Assessoria Jurídica
- 5. Secretaria de Administração
 - 5.1. Seção de Material e Patrimônio
 - 5.2. Seção de Compras
 - 5.3. Seção de Gestão de Contratos
 - 5.4. Seção de Almoxarifado
 - 5.5. Seção de Manutenção Predial e Arquitetura
 - 5.6. Seção de Serviços Gerais
- 6. Secretaria de Orçamento e Finanças
 - 6.1. Seção de Contabilidade
 - 6.2. Seção de Análise e Liquidação
 - 6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
 - 6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- 7. Secretaria de Gestão de Pessoas
 - 7.1. Seção de Registros Funcionais
 - 7.2. Seção de Benefícios
 - 7.3. Seção de Legislação
 - 7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
 - 7.5. Seção de Educação Corporativa
 - 7.6. Seção de Pagamento



III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

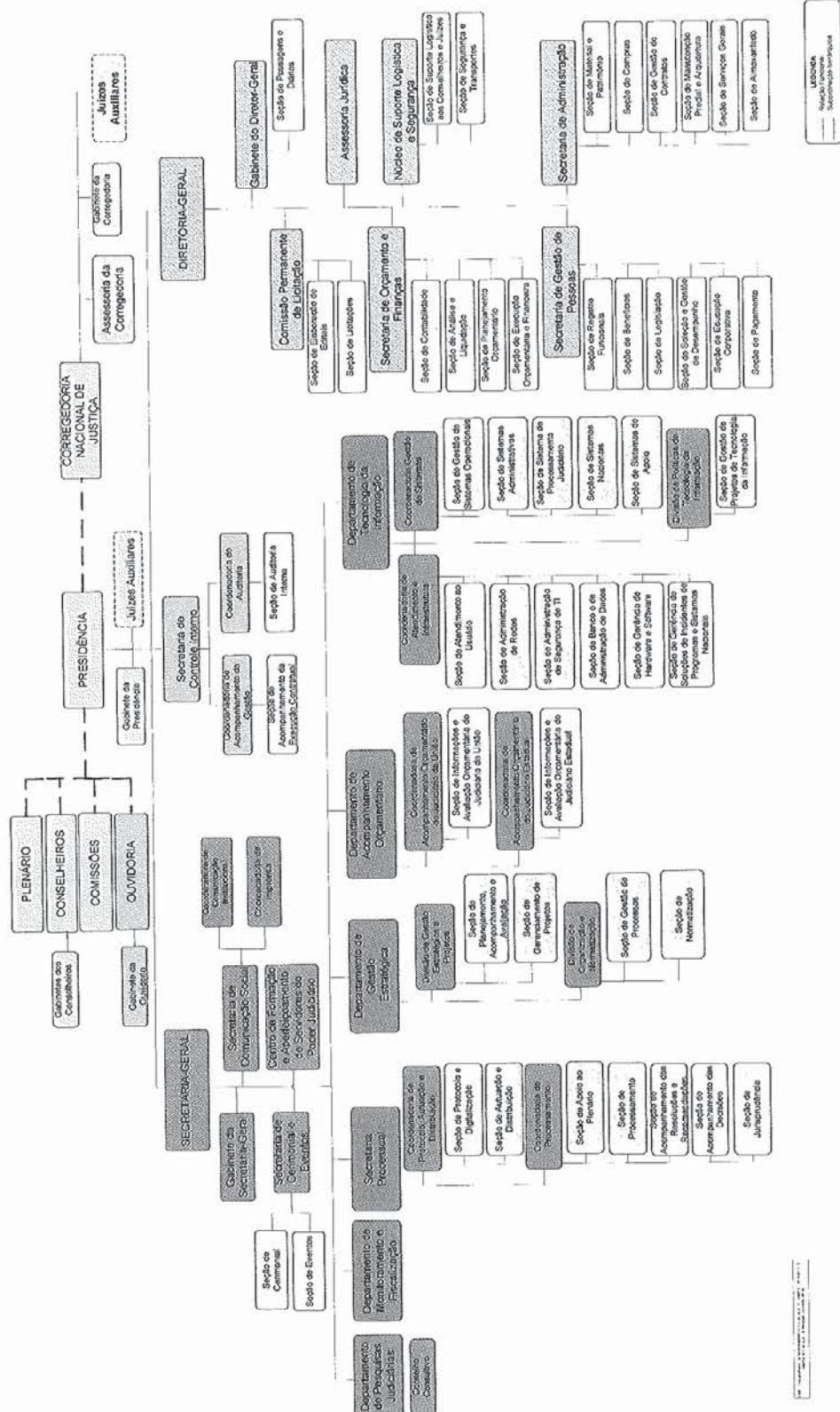
1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Corregedoria
3. Assessoria da Corregedoria

As atribuições de cada unidade administrativa estão descritas no Manual de Organização², aprovado pela Portaria nº 61 de 15/4/20103. No entanto, a nova estrutura ensejou a necessidade de se proceder à atualização do Manual de Organização, que está em fase de aprovação.

² Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-cnj/gestaoprocessos/manual_de_organizacao_cnj_2010.pdf>



ORGÂO NOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno e Portaria nº 55, de 19/04/2012)





4. ATUAÇÃO DO CONSELHO EM 2012

No Quadro 1 estão descritos os objetivos estratégicos que o CNJ busca atingir, por intermédio do gerenciamento e execução de projetos e ações e o cumprimento de suas atribuições. Esses objetivos foram aprovados por meio da Portaria nº 18, de 19/2/2010, que instituiu o Plano Estratégico do CNJ para o período de 2010 a 2014.

Estão discriminados também, de forma resumida, as principais realizações do CNJ em 2012, alinhadas a cada objetivo estratégico traçado. Estes dados foram extraídos do Relatório Anual do CNJ, elaborado em conformidade com o art. 103-B, §4º, inciso VII, da Constituição Federal, que contém as principais atividades do CNJ no ano de 2012. O relatório anual segue anexo ao presente documento.

Quadro 1. Objetivos estratégicos do Conselho Nacional de Justiça e ações realizadas em 2012.

Tema	Objetivo	Descrição	Atividades/projetos realizados em 2011
Fiscalização e Correição	Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.	Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os Princípios Constitucionais Administrativos e com a Legislação.	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta de Padronização de Custas Judiciais; - Resolução nº 152, de 6 de julho de 2012; - Auditoria de avaliação de gestão; - Auditoria de acompanhamento da gestão; - Ações de monitoramento; - Ações de Treinamento; - Ações coordenadas de auditoria.
	Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.	Realizar ações de prevenção e correição no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário. (Observar Lei Orgânica da Magistratura e Código de Ética da Magistratura Nacional).	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de 18 inspeções; - Procedimentos disciplinares realizados pela Corregedoria: Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas; - processos julgados em 2012 pela Corregedoria.
Alinhamento e Integração	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário	Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazos (continuidade).	<ul style="list-style-type: none"> - Seminários realizados pelo DMF; - Programa de Metas Nacionais do Poder Judiciário; - Diretrizes de segurança da informação para o Poder Judiciário; - VI Encontro Nacional; - Diagnóstico sobre Práticas de Gestão; - Acompanhamento da Estratégia do CNJ.
	Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ	Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.	<ul style="list-style-type: none"> - Processo Normativo do CNJ
	Garantir a precisão no diagnóstico	Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário subsidiando a	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário: Relatório "Justiça em Números"



	realidade Judiciário	do	elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Panorama Nacional – a execução de medidas socioeducativas de internação – Programa “Justiça ao Jovem” - Novos diagnósticos de enfrentamento da corrupção - Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do cadastro nacional de adoção do Conselho Nacional de Justiça - A atuação do Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha - CNJ Acadêmico - Diagnóstico sobre os juizados especiais cíveis - Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas
	Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.		Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe - Malote Digital - Assinatura de Acordos de Cooperação Técnica para Utilização do PJe - Calculadora de Execução Penal - Treinamento de Configuração e utilização de Fluxos no PJe
	Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.		Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação da atividade de juiz leigo - Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC - Cooperação Judiciária
Atuação Institucional	Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.		Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população. Coordenar ações convergentes das Agências governamentais para melhor administração da Justiça.	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda Legislativa do Poder Judiciário - Nota Técnica nº 13 – Proposta – Projeto de Lei Nº 8.046/2010 – Novo CPC - Fórum Nacional de Articulação das Ações do Poder Judiciário em Relação aos Preparativos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 - Projeto Espaço Livre – Aeroportos - Interligação Eletrônica das Informações dos Cartórios Extrajudiciais em Centrais Unificadas - Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Relevância Social – Justiça Plena - Termo de Cooperação com Grandes Litigantes - Termos de Cooperação Técnica Firmados pela Corregedoria Nacional de Justiça em 2012 - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
	Aprimorar a comunicação com públicos externos		Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Projeto CNIPE - Novo Sistema de Jurisprudência - Infojuris - Informativo de Jurisprudência do CNJ



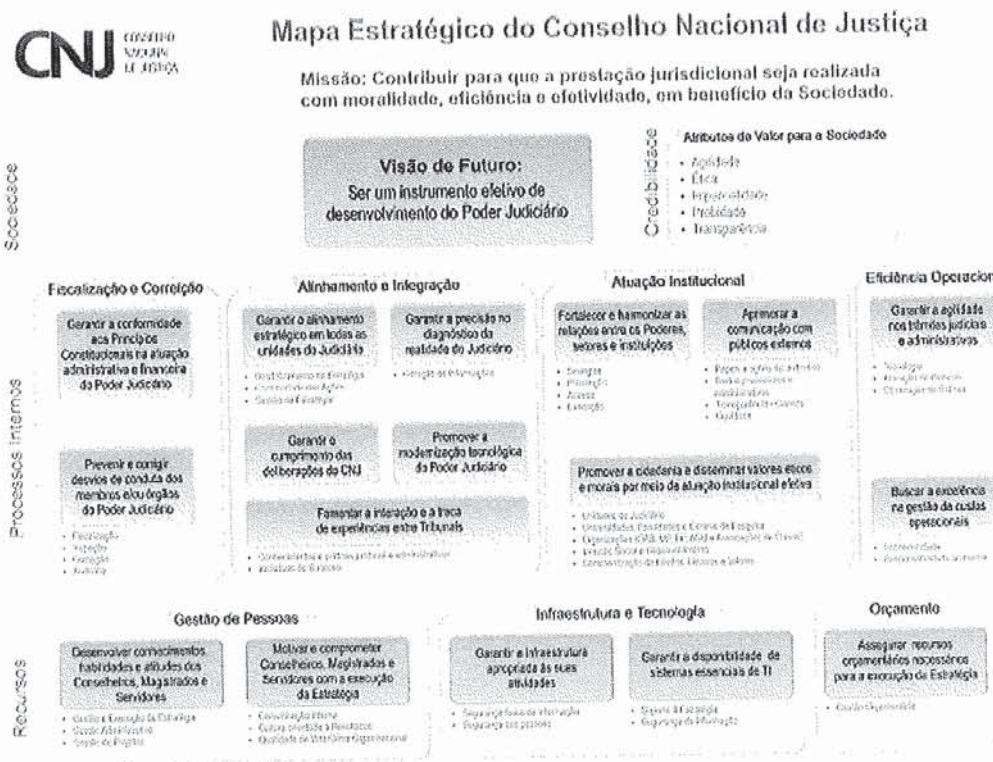
		<p>iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Comunicação do Judiciário (SICJUS) - Sistema Eletrônico de Atos Normativos - Publicação das Remunerações - Portalzinho CNJ - Ação continuada de Ouvidoria - Portal do CNJ - Novas Mídias - Agência CNJ de Notícias - Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP
	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.	<p>Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Bem como fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate da Cidadania das Pessoas Internadas em Hospitais Psiquiátricos - Resgate da Cidadania das Pessoas Residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) - Movimento pela Conciliação - Efetividade da Lei Maria da Penha - Projeto Cidadania, Direito de Todos - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Fórum da Saúde - Seminário Nacional de Probidade Administrativa - Cadastro Nacional de Adoção – CNA - Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA - Cadastro Nacional de Adolescente em Conflito com a Lei – CNACL - Projeto de Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas (Curso sobre Drogas) - Pai Presente - Registro Civil de Nascimento nas Maternidades - Padronização das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito e Utilização de Papel de Segurança Unificado - Começar de Novo - Justiça ao Jovem - Mutirões Carcerários - Mutirão nas Medidas de Segurança - Gestão Socioambiental - Presos Estrangeiros
	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	<p>Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma do Regimento Interno - Proposta de alteração da Resolução nº 75 - Juizados Especiais nos Aeroportos - Conciliação em Sistemas Financeiros da Habitação - Elaboração de Atos Normativos aplicáveis no âmbito do CNJ - Sistema e-CNJ-DMF - Biblioteca Eletrônica do CNJ - Migração do e-CNJ para o PJe - Concurso Público - Aplicação do Acórdão 1.233 do TCU aos Procedimentos de Adesão às Atas de Registro de Preços do CNJ



			<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento das Contratações - Projeto Eficiência
	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.	Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do sistema de passagens e diárias - Ações Administrativas
Gestão de Pessoas	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores.	Garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas de estudo de língua estrangeira e de pós-graduação - Fórum de Educação a Distância. - Curso de Aperfeiçoamento em Execução Penal - Seleção e Ambientação de Novos Servidores - Capacitação: Eventos Externos e Internos. - Programa de Desenvolvimento de Líderes - Ciclos de capacitação
	Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da Estratégia.	Elevar o nível de comprometimento e motivação dos conselheiros, magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.	<ul style="list-style-type: none"> - Emissão de Declaração de Reembolso de Planos de Saúde. - Programa Valorização. Juiz valorizado, Justiça Completa!
Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura adequada às atividades.	Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação da Sala-Cofre do CNJ. - Modernização do sistema de telefonia do CNJ. - Reestruturação da Comunicação de Dados (site backup) do CNJ. - Movimentação de Datacenter do CNJ. - Transferência do Prédio da 514 Norte para o CNJ - Melhorar o nível da segurança institucional do CNJ - Renovação de equipamentos de microinformática do CNJ.
	Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.	Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.	<ul style="list-style-type: none"> - Maximização da Segurança da Informação - Sistema de Informativo de Jurisprudência - Modernização do Sistema de Rede sem Fio do CNJ
Orçamento	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.	Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento Orçamentário



Figura 2. Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça.





5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2012

5.1 – Quadro de Créditos Orçamentários

O quadro abaixo apresenta o detalhamento por Ações das dotações destinadas ao CNJ no Orçamento Geral da União em 2012 e suas alterações durante o exercício.

PROJ/ATIV	TÍTULO	PRODUTOS/UNIDADES DE MEDIDAS DAS AÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	META FÍSICA	EXECUÇÃO DA DESPESA				
					EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	RESTOS A PAGAR- INSCRITOS	META FÍSICA
2004	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOA ATENDIDA/ UNIDADE	602.968,00	390	602.968,00	522.810,80	522.810,80	80.157,20	259
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇA ATENDIDA/ UNIDADE	212.188,00	42	212.188,00	195.479,57	195.479,57	16.708,43	37
2011	AUXILIO- TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDOR BENEFICIADO / UNIDADE	31.684,00	31	22.838,66	17.838,66	17.838,66	5.000,00	28
2012	AUXILIO- ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDOR BENEFICIADO / UNIDADE	1.331.120,00	182	1.319.369,21	1.309.369,21	1.309.369,21	10.000,00	166
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO		28.698.242,00		23.295.354,55	22.581.505,38	22.581.505,38	713.849,17	
2548	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	MATERIAL VEICULADA/ UNIDADE	9.000.000,00	40000	7.451.468,91	6.332.299,89	6.332.299,89	1.119.159,02	40072
2B65	APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	PROCESSO JULGADO / UNIDADE	38.430.700,00	8000	31.941.191,11	24.454.574,93	24.385.340,07	7.555.851,04	6799
2B66	COORDENACAO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS NO PODER JUDICIARIO	PESQUISA APOIADA/ UNIDADE	4.000.000,00	20	2.030.372,39	977.766,79	977.766,79	1.052.605,60	18
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO / UNIDADE	1.500.000,00	157	1.246.385,90	1.022.364,52	1.022.364,52	224.021,38	4152
11E6	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)	SISTEMA IMPLANTADO / % EXECUÇÃO FÍSICA	48.839.083,00	14	12.611.268,94	10.262.085,08	10.261.829,12	2.349.439,82	4
1K27	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	PROJETO IMPLANTADO / % EXECUÇÃO FÍSICA	70.372.627,00	21	51.644.744,08	9.349.874,52	9.349.874,52	42.294.869,56	2,00
1371	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO / % EXECUÇÃO FÍSICA	100.000,00		-	-	-	-	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS		3.167.611,00		1.730.437,39	1.728.706,33	1.728.706,33	1.731,06	
00LF	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL		25.000,00		25.000,00	-	-	25.000,00	
TOTAL			204.311.203,00		134.133.677,14	78.754.676,68	78.686.184,86	65.446.392,28	

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária) e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP



6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – COMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS

O Orçamento do CNJ é formado pelo Programa, denominado Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário – código 1389, que tem por objetivo garantir a execução das atividades de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e, também, pelo Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais com a finalidade de implementar a Previdência Complementar do Servidor Público Federal. Abaixo uma visão geral da execução orçamentária deste Conselho.

Programa de Trabalho	Dotação Inicial	Créditos Suplementares	Créditos Cancelados	Crédito Indisponível Bloqueio de Crédito	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Desp Executada por insc. em RP Não-Proc
1389	223.928.901,00	16.208.963,00	-60.199.465,00	28.443.029,00	204.286.203,00	134.108.577,14	55.353.901,46
0909	11.914.083,00	25.000,00	-11.914.083,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00
Total	235.842.984,00	16.233.963,00	-72.113.548,00	28.443.029,00	204.311.203,00	134.133.577,14	55.378.901,46

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

O orçamento inicial destinado ao CNJ na Lei Orçamentária Anual 2012 de R\$ 235.842.984,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais). Durante o exercício houve abertura de Créditos Orçamentários Suplementares, na ordem de R\$ 16.233.963,00, Cancelamento de Créditos Orçamentários, no valor negativo de R\$ 72.113.548,00, e abertura de Crédito Extraordinário concedido pela Medida Provisória nº 598/2012, de 27.12.12, no valor de R\$ 24.347.804,00, incluso de imediato na Dotação Atualizada resultando o montante de R\$ 204.311.203,00. Cabe explicitar que na Dotação Atualizada está incluído o Crédito Indisponível Bloqueio de Crédito, no valor de R\$ 28.443.029,00, que será deduzido da Dotação Atualizada para demonstrar o valor real a ser executado do Orçamento Disponível no total de R\$ 175.868.174,00.

Do Orçamento Disponível o montante de recursos R\$ 134.133.577,14 foi empenhado, o que representa uma execução de 76%, sendo que R\$ 55.378.901,46 foram executados por inscrição em restos a pagar não processados - 2012. Ressalta-se que, por sua natureza, os restos a pagar não processados, ainda, não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que



constituem verdadeiros passivos. Somente é despesa orçamentária por mera exigência legal que considera restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

Para identificar os casos de Restos a pagar não processados, que configurem verdadeiras exigibilidades, neste exercício financeiro, as despesas inscritas em restos a pagar não processados foram segregadas em exigíveis/ em liquidação e não exigíveis/ a liquidar. O Decreto 93.872/86 delineou regras com vistas a assegurar a transparência na composição patrimonial e melhorar o controle deste passivo. Segue o detalhamento do total de despesas de Restos a Pagar.

RESTOS A PAGAR - 2012	
Conta Contábil	Posição até 31/12/12
Restos a Pagar Não Processados	55.378.901,46
- a liquidar	47.498.658,36
- em liquidação	7.880.243,10
Restos a Pagar Processados	69.490,62
TOTAL	55.448.392,28

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Nota – Não consta o valor de R\$ 1.429,47 dos restos a pagar reinscritos de 2011.

Das despesas empenhadas 47,7% representam Outras Despesas Correntes, em especial para os projetos 11E6 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-jus) e 1K27 - Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira. Esclareça-se ainda que, 33,6% das despesas empenhadas foram gastas em investimentos e 18,7% em pessoal e encargos, conforme tabela a seguir.

Programa	Grupo de Despesa	Despesas Empenhadas	%
1389	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.025.791,94	18,7%
0909	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.000,00	0,0%
1389	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.949.199,31	47,7%
1389	4 INVESTIMENTOS	45.133.585,89	33,6%
Total		134.133.577,14	100%

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Apresenta-se abaixo a execução orçamentária de acordo com a classificação funcional da despesa. Nota-se que toda a despesa está concentrada basicamente em uma única função – Judiciária.



Função	Subfunção	Dotação Líquida Ajustada	% Orç. Dotação Líquida sobre Total	Despesas Empenhadas	% Empenhada / Dotação Líquida Ajustada	Despesas Liquidadas	Desp. Executada por Insc. em RP Não-Proc
02 JUDICIARIA	032 CONTROLE EXTERNO	42.430.700,00	24%	33.971.563,50	19%	25.432.341,72	8.539.221,78
	122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	31.485.153,00	18%	25.025.791,94	14%	24.310.211,71	715.580,23
	126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	89.249.381,00	51%	64.256.013,02	37%	19.611.959,60	44.644.053,42
	128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.500.000,00	1%	1.246.385,90	1%	1.022.364,52	224.021,38
	131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	9.000.000,00	5%	7.451.458,91	4%	6.332.299,89	1.119.159,02
	301 ATENÇÃO BÁSICA	602.968,00	0%	602.968,00	0%	522.810,80	80.157,20
	306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.331.120,00	1%	1.319.369,21	1%	1.309.369,21	10.000,00
	331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	31.664,00	0%	22.838,66	0%	17.838,66	5.000,00
	365 EDUCAÇÃO INFANTIL	212.188,00	0%	212.188,00	0%	195.479,57	16.708,43
	Total	176.868.174,00	100%	134.133.577,14	78%	78.764.675,66	55.378.001,46

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Analisando a execução por Subfunção verifica-se que 93% da Dotação está concentrada da seguinte forma: 51% - Tecnologia da Informação, responsável pela implantação dos projetos 11E6 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (E-JUS) e 1K27 – Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira e cerca de 24% - Controle Externo, nas ações 2B65 - Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e 2B66 - Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário.



A seguir o detalhamento da execução do programa por ação e grupo de despesa.

	Projeto/Atividade	GND	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
00H7	CUSTEJO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES	1	1.635.224,00				
00LF		1		25.000,00	25.000,00		25.000,00
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEJO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES - PESSOAL ATIVO	1	1.632.387,00	3.167.611,00	1.730.437,39	1.728.706,33	1.731,06
0004	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)	1	10.378.859,00				
11E6		3	42.434.500,00	19.709.181,00	9.226.977,13	8.170.384,22	1.056.592,91
		4	53.092.500,00	27.129.902,00	3.384.291,81	2.091.700,86	1.292.590,95
137I	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	4		100.000,00			
1K27	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	3	17.477.997,00	17.477.997,00	12.137.971,13	9.349.874,52	2.788.096,61
		4	39.794.194,00	52.894.630,00	39.506.772,95		39.506.772,95
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	3	844.968,00	602.968,00	602.968,00	522.810,80	80.157,20
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	199.188,00	212.188,00	212.188,00	195.479,57	16.708,43
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	17.664,00	31.664,00	22.838,66	17.838,66	5.000,00
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.116.120,00	1.331.120,00	1.319.369,21	1.309.369,21	10.000,00
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	18.319.383,00	28.698.242,00	23.295.354,55	22.581.505,38	713.849,17
2549	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	3	9.000.000,00	9.000.000,00	7.451.458,91	6.332.299,89	1.119.159,02
2B65	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES E ADMINISTRATIVOS	3	32.377.424,00	35.227.424,00	29.753.669,98	22.875.006,00	6.878.663,98
		4	2.122.576,00	3.203.276,00	2.187.521,13	1.579.568,93	607.952,20
2B66	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO	3	3.940.000,00	3.937.120,00	1.975.372,39	929.766,79	1.045.605,60
		4	60.000,00	62.880,00	55.000,00	48.000,00	7.000,00
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	1.500.000,00	1.500.000,00	1.246.385,90	1.022.364,52	224.021,38
	TOTAL		235.842.984,00	204.311.203,00	134.133.577,14	78.754.675,68	55.378.901,46

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)



6.1 – Principais aspectos da composição dos Balanços

As análises efetuadas sobre as informações a seguir consideram, apenas, a execução do Orçamento na Unidade Gestora 040003 – Conselho Nacional de Justiça. Segue abaixo análise horizontal e vertical do exercício 2012.

INFORMAÇÃO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	DEMONSTRAÇÃO / DESCRIÇÃO DO ITEM	VALORES	COMENTÁRIOS
Análise Horizontal	Todas as variações > 100%			
	1º MAIOR VARIAÇÃO 00	((21125100,78/47766,65)) * 1 Incorporação de Bens Imóveis	44126	Convém destacar que o montante de R\$ 21.125.100,78 é composto pela construção da SALA-COFRE classificado na conta contábil de Beneficiárias em Bens de Terceiros, e pela Doação do imóvel especificamente no Edifício Serzedelo Correa - TCU. Ressalta que no momento da construção da SALA-COFRE ainda o imóvel não pertencia ao Conselho por essa razão adotou-se essa classificação contábil.
	2º MAIOR VARIAÇÃO 00	((6681608,14/107205,57)) * 1 Baixa de Bens Imóveis	7998	Baixa da beneficiária realizada no imóvel Edifício Serzedelo Correa - TCU para construção da SALA COFRE, decorrente da classificação contábil se tratar de despesas com benefícias em bens de terceiros à época da contratação da despesa.
	3º MAIOR VARIAÇÃO 4) * 100	((41.247.598,88/1.702.845,6) Valores Diferidos	2323	Indica que este Conselho possui recursos financeiros em excesso após considerar o pagamento de todas as despesas empenhadas 2012, na fonte de recursos ordinários.
	4º MAIOR VARIAÇÃO 1'100	((30565500,38/2451985,32) Incorporação de Bens Intangíveis	1147	Aquisição de Bens Intangíveis Software para Gerenciar o Banco de Dados - CNP, licença de uso perpétuo.
	5º MAIOR VARIAÇÃO 1) * 100	((3020776,82/403857,52)- Valores , Títulos e Bens sob Responsabilidade	648	Decorre, principalmente, dos gastos com diárias executadas no SIAFI com a utilização da conta contábil de controle de responsabilidade de terceiros - Diárias.
	6º MAIOR VARIAÇÃO 1) * 100	((6846393,20/1081033,7)- Ajustes de Bens, Valores e Créditos Depreciação, Amortização e Exaurição	533	O aumento consiste na contabilização da despesa com redução ao valor recuperável e depreciação dos bens patrimoniais adquiridos antes de 2010, relativo aos exercícios de 2010 e 2011, no montante de R\$2.308.671,32 sendo, respectivamente: - bens de informática, o valor de R\$ 740.351,59, e o valor de R\$ 1.319.194,02; - veículos, o valor de R\$ 39.448,19, e o valor de R\$ 75.406,32; e - comunicação, o valor de R\$ 6.072,32, e o valor de R\$ 30.151,92.



Análise Vertical	BP - Imobilização do Ativo	Imobilizado/Ativo Total	81380422,49/184314938,05	44%	Considerou-se o valor do Ativo Real para fins de apuração do índice de imobilização do ativo. Convém ressaltar que a importância de R\$ 7,2 milhões referente à aquisições de equipamentos para serem doados com a finalidade de modernizar os órgãos do Poder Judiciário está classificada como ativo permanente, todavia deveria constar no grupo de ativo circulante porque não irá gerar benefícios econômicos para este Conselho.
	BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente	Outras DC/Despesa Corrente	61575625,64/86601417,58	71%	
	BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente	Pessoal/Despesa Corrente	25025791,94/86601417,58	29%	
	BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa	DCap/Despesa Total	44075652,17/13002069,75	34%	Aquisições de microcomputadores de no-breaks com a finalidade de modernizar os Tribunais do Poder Judiciário. O aumento decorre da execução de despesa inscrita em restos a pagar com a aquisição de intangível para integrar a Central Nacional de Informações Processuais do Poder Judiciário - CNP , bem como o acréscimo recebido a título de doação do imóvel .
	DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas	Acréscimo / Variações Ativas	81993303,10/306541318,75	27%	Deve-se ao fato do pagamento de cerca de R\$ 67,9 milhões com despesas inscritas em restos a pagar não processados pertencentes ao exercício de 2011 .
	DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas	Decréscimo/Variações Passivas	120650165,01/306541318,75	13%	
	Imobilização do Capital Próprio	(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL			
	Endividamento Real	Passivo Real/Ativo Real	49201237,67/184314938,05	27%	

6.1.1 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Evidencia também as despesas por categoria econômica e confronta o orçamento inicial e suas alterações com a execução, de modo a demonstrar o resultado orçamentário.

Convém explicitar que na Coluna "Economia ou Excesso na Execução de Despesa" contém o montante de R\$ 45.809.518,71, ocorre que durante o exercício de 2012 houve frustração na arrecadação das receitas prevista, deste modo este Conselho procedeu ao ajuste, ou seja, contingenciamento, no Orçamento, na ordem de R\$ 4.095.225,00, sendo composto pelo valor de R\$ 3.701.990,00 - Despesas de Capital/Investimento e o restante de R\$ 393.235,00 - Outras Despesas Correntes.

Destaca-se, ainda, o acréscimo no Orçamento decorre da abertura de Crédito Orçamentário Extraordinário, no valor de R\$ 24.347.804,00, ao final do exercício pela Medida Provisória nº 598, de

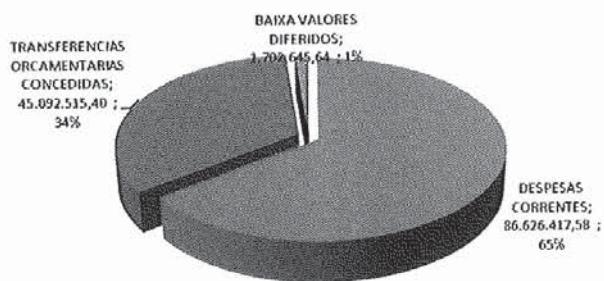


27.12.12, e imediatamente transferido para a conta contábil de Crédito Indisponível Bloqueio de Crédito. Portanto, com a dedução deste Crédito e do valor contingenciado o saldo na Coluna "Economia ou Excesso na Execução de Despesa" seria de R\$ 17.366.489,71.

Observa-se que na Coluna Déficit Orçamentário Total apresenta o valor negativo de R\$ 129.878.574,83 representando que este Conselho não é agente arrecadador de receitas. Logo, para executar despesas orçamentárias com a prestação de serviços públicos e realizar investimentos depende de recursos do Tesouro Nacional, por intermédio de movimentações financeiras.

6.1.2 – Balanço Financeiro

Este demonstrativo visa apresentar o fluxo dos recursos financeiros no ano, demonstrando a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.



Destacam-se neste demonstrativo os valores recebidos do tesouro a título de transferência orçamentária para custear as despesas do exercício, bem como os ingressos extra-orçamentários recebidos para fazer frente aos valores inscritos em restos a pagar.

No Balanço na coluna dos Dispêndios na conta de Valores Diferidos – Inscrição, no exercício de 2012, representa a importância de R\$ 41.247.596,86 ocorreu uma variação de 2.322,56% comparado aos valores de 2011 evidenciando que este Órgão recebeu recursos financeiros do somatório das contas “Cota de Despesa Recebida” e “Valores Diferidos – Baixa”, no total de R\$ 171.608.174,00 além do que o necessário para suprir futuras obrigações decorrentes do pagamento das despesas empenhadas, na fonte 0100 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 130.360.577,14, conforme demonstrado abaixo.



Fonte SOF	Doação Inicial	Cota Recebida e Valores Diferidos - Baixa	Despesas Empenhadas
0100 RECURSOS ORIGINARIOS	228.359.200,00	171.608.174,00	130.360.577,14
0150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		3.450.000,00	
0195 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS		323.000,00	
0900 RECURSOS ORIGINARIOS	7.483.781,00		
Total	235.842.984,00	171.608.174,00	134.133.577,14

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Entre os itens do Balanço detalho a seguir os repasses recebidos e concedidos:

REPASSE RECEBIDOS

a) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Unidade Gestora 373001/37201 – no montante de R\$ 264.858,00, Unidade Gestora 373001/37201. Refere-se ao Termo de Cooperação nº 04/2010 celebrado entre o CNJ e o INCRA – Projeto Terra Legal. Processo INCRA 56377.000184/2010-74.

b) do Tribunal Superior do Trabalho, Unidade Gestora 080001/00001 – no montante de R\$ 128.250,00. Refere-se ao Termo de Cooperação Técnica entre o TST e o CNJ, que visa ao atendimento de despesas relativas a campanha institucional da semana da execução trabalhista, conforme autorizado no processo TST-501.195/2012-0.

REPASSE CONCEDIDOS

a) ao Supremo Tribunal Federal Unidade Gestora 040001/00001- com base no Segundo Protocolo de Cooperação Técnica STF/CNJ, destinados ao resarcimento pela utilização de serviços e contratos do STF para atender a demandas do CNJ, no valor total de R\$ 889.937,56, conforme consta do Processo CNJ 349.310.

Foram prestados serviços na área de informática, vigilância, brigadista, ascensorista, portaria, carpintaria, manutenção predial, manutenção e lavagem de veículos, prestação de serviços de áudio e vídeo e de programas de televisão e divulgação institucional, por meio da Rádio e TV Justiça. O repasse abrange também as despesas com atendimento médico e odontológico e do berçário do STF.

b) ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Unidade Gestora 090031/00001– no montante de R\$ 1.336.705,16. Refere-se ao Termo de Cooperação nº 05/2011 para o desenvolvimento, ampliação e aprimoramento do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, conforme consta do Processo CNJ 346015.



O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros. O objetivo principal buscado pelo CNJ é elaborar e manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

c) ao Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA , Unidade Gestora 113601/11302– no montante de R\$ 260.770,00.

Os repasses referem-se aos Termos de Cooperação Técnica nº 01/2012-CNJ/IPEA, 02/2012-CNJ/IPEA e 03/2012 - CNJ/IPEA, que tem por objetos, respectivamente, a execuções de pesquisas denominadas “Reinsidência Criminal no Brasil, ”Diagnóstico sobre os Juizados Cíveis” e ” Custo e Tempo das Ações Cíveis na Justiça Estadual: Uma Análise Comparativa”. Processos 345.394, 346.536 e 346.900.

d) à Coordenação de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior – CAPES, Unidade Gestora 154003/15279– no montante de R\$ 1.352.231,00. O repasse refere-se ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2010- CNJ/CAPES, que tem como objeto a realização de atividades de fomento à pesquisa, conforme consta do Processo CNJ 339156.

e) ao Conselho da Justiça Federal, Unidade Gestora 090026/00001– no montante de R\$ 5.274,82. O repasse refere-se ao Termo de Cooperação nº 01/2011-CNJ/CJF/STF, que tem como objeto a realização de serviços gráficos relativos à comunicação institucional do CNJ e do STF, conforme consta do Processo CNJ 343425.

6.1.3 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Em obediência ao inciso II, do § 4º, art. 119, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.708/12, a conta “Restos a Pagar Não Processados” foi segregada em “a liquidar” e “em liquidação” de modo a assegurar a transparência na composição patrimonial e aperfeiçoar o controle destas despesas. A diferença consiste basicamente na exigibilidade da obrigação prontamente identificada nos “restos a



pagar não processados em liquidação”, enquanto o “a liquidar” respalda-se nas situações elencadas no Decreto 93.872/86.

No balanço evidencia o montante inscrito na conta de “Restos a Pagar Não Processados”, de R\$ 54.550.037,92 que espelha os valores inscritos na Unidade Gestora 040003/0001, sem considerar os empenhos inscritos em restos pagar oriundos dos créditos descentralizados. Na conta de Passivo Não Financeiro consta o valor total de R\$ 46.669.794,82 relativo à retificação da inscrição da conta de “Restos a Pagar não Processados-RPNP a liquidar”.

Foram executados e pagos no exercício de 2012, aproximadamente R\$ 67,9 milhões das despesas RPNP inscritas em 2011, os quais cerca de aproximadamente R\$ 62,9 milhões se referem a gastos com investimentos para modernizar a infra-estrutura da tecnologia da informação da Justiça Brasileira.

Em decorrência da obrigatoriedade do registro de depreciação no setor público brasileiro entabulado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP este Conselho realizou o cálculo da despesa da depreciação, conforme regras editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional na MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão.

O processo de registro da depreciação iniciou pelos bens adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir do exercício contábil de 2010. Em face de apresentarem valor monetário próximo da realidade, foi afastada a necessidade de reavaliação ou de redução a valor recuperável.

No exercício 2012, registrou-se o cálculo da despesa da depreciação e redução ao valor recuperável nos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, concernentes aos bens móveis de equipamentos de processamentos de dados, de veículos de tração mecânica e de aparelhos e equipamentos de comunicação. Em decorrência da impossibilidade de realizar o teste de recuperabilidade este Conselho optou por utilizar o valor da depreciação que seria lançado até o final do exercício de 2009. Esse método permite obter uma base monetária confiável, tornado indispensável nova mensuração dos bens móveis, conforme regras determinadas MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30. Ao longo do exercício foram efetuados ajustes patrimoniais oriundos do procedimento de depreciação dos bens móveis, conforme evidenciado na conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, na ordem de R\$ 2.308.671,32.



Na conta “Depreciações, Amortizações e Exaustões” ocorreu uma variação de 94% em relação ao exercício de 2011 em razão da depreciação dos equipamentos de informática que compõem a Central Nacional de Informações Processuais e Extrajudiciais do Poder Judiciário – CNIP.

Os fatos contábeis que mais influenciaram positivamente o resultado do exercício foram o recebimento da transferência a título de doação do bem imóvel e a incorporação de bens intangíveis, licença perpetua do software, destinado gerenciamento do Banco de Dados CNIP.

6.1.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração busca evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio.

Cabe destacar os decréscimos patrimoniais decorrente da baixa de bens móveis, cerca de aproximadamente R\$ 30,9 milhões. Tais baixas decorrem de doação de equipamentos adquiridos pelo CNJ para modernizar a Justiça Brasileira.

Em relação às receitas houve previsão de arrecadação das tarifas de concurso público, no valor de R\$ 3.450.000,00, das quais foram arrecadadas no total de R\$ 541.249,11, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, tipo cobrança. Também, ocorreu a realização de Outras Receitas Correntes, no montante de R\$ 282.245,81 oriundas de multas aplicadas por este Conselho aos contratados.

Este Conselho não obteve recursos provenientes da alienação de ativos, nos termos do inciso VI do art. 50 da LRF.

6.1.5 – Demonstração das Disponibilidades

Em 2012 foi apurado um superávit de R\$ 6.912.188,28. Este demonstrativo foi utilizado para a elaboração do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa (anexo V do Relatório de Gestão Fiscal), exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 55, inciso III, alínea “a”, comprovando a disponibilidade de caixa líquida para fazer frente à inscrição em restos a pagar não processados do exercício da Unidade Gestora pertencente a este Conselho.



7. NOTAS EXPLICATIVAS

1. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, nos termos da Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009.

2. As Demonstrações Contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Nacional de Justiça, EXCETO no tocante :

- a) a ausência de conformidade de registro de gestão, nas seguintes datas 24/02, 02/04, 03/04, 30/04, 15/05, 15/06, 11/07, 17/07, 18/07, 07/08, 08/08, 14/08, 15/08, 27/08, 28/08, 03/09, 04/09, 14/12 e 31/12.
- b) aos Balanços e as Demonstrações descrevem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 040003 - Conselho Nacional de Justiça, excluindo os créditos descentralizados enquanto as informações constantes ao longo deste Relatório de Gestão retratam a execução do Orçamento pela Unidade Orçamentária 17.101 - Conselho Nacional de Justiça, incluindo os créditos descentralizados. A título de exemplo destaco o total da conta Restos a Pagar Não Processados Inscritos 2012 constante neste Relatório é de R\$ 55.378.901,46 diferentemente dos dados constante no Balanço Patrimonial de R\$ 54.550.037,92. Portanto, há divergência nas informações em face do critério utilizado na elaboração dos Demonstrativos e deste Relatório dificultando a análise por parte dos usuários ou beneficiários da informação.
- c) aos demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no sistema SIAFI.

3. O Conselho Nacional de Justiça é um Órgão do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Contudo, até a Lei Orçamentária para o exercício de 2009, o CNJ era uma Unidade Orçamentária (código 10102) dentro do Órgão Orçamentário Supremo Tribunal Federal (código 10000). Somente a partir da Lei Orçamentária para o exercício de 2010 o CNJ passou a ser um Órgão Orçamentário (código 17000).

4. Em continuidade ao processo de contabilização da depreciação, iniciado em 2010, os registros contábeis estão de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330. As principais diretrizes para o registro



da depreciação foram: (a) depreciação dos bens adquiridos no exercício 2010, (b) método das cotas constantes e (c) utilização da tabela de vida útil e valor residual. Este procedimento provocou um impacto negativo no Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 2.308.671,32, sendo o valor de R\$ 98.046,96 decorre do registro extemporâneo da despesa com depreciação pertencente ao mês de dezembro/2011, a quantia de R\$ 785.872,10 relativo ao Valor Recuperável dos Bens Móveis anteriores ao exercício de 2010 e o valor de R\$ 1.424.752,26 consiste na depreciação dos bens adquiridos antes do exercício de 2010.



8. CONCLUSÃO

O foco do presente Relatório é no atendimento às exigências legais previstas no art. 56 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e no art. 98 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012.

Nesta oportunidade, ao encaminhá-lo ao Congresso Nacional, deve-se destacar que a sua conotação orçamentária e análise contábil complementa as minuciosas informações prestadas pelo Relatório Anual em atendimento ao disposto no artigo 103-B, § 4º, inciso VII, da Constituição Federal, relativo ao exercício de 2012 (Anexo I).

Por fim, registre-se ainda, que o CNJ coordena, além de todas as ações atinentes ao Poder Judiciário explicitadas no Relatório Anual, as medidas relativas à transparência na execução financeira e orçamentária, por intermédio de seus instrumentos legais (Resoluções, Atos Normativos).

Edição de hoje: 36 páginas
(OS: 11415/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

